

Espaço de representação: uma categoria chave para a análise cultural em geografia

GIL FILHO, Sylvio Fausto - faustogil@ufpr.br

Resumo

Este ensaio delinea uma epistemologia possível do espaço de representação como conceito chave para análise cultural em geografia. Outrossim, representa proposições operacionais de análise através da desconstrução teórica do conceito. As experiências do cotidiano remetem à tese de Moscovici, que demonstra as representações como tudo aquilo que se propõe a tornar algo ou alguém não-familiar em algo ou alguém familiar. Esta é a tentativa de conceber um universo consensual em contrapartida a um universo reificado; o jogo de forças entre o *opus proprium* e *opus alienum*, que representa a divisão profunda do conhecimento da realidade. Sob o âmbito consensual de sociedade existem a equanimidade e a liberdade de representar o grupo devido a determinadas circunstâncias complexas e ambíguas em mundos institucionalizados. Todavia, um universo reificado é intrinsecamente desigual, constituído de classes de papéis. A competência é determinada de acordo com o mérito atribuído e o direito de exercer determinada função. O propósito do primeiro é estabelecer uma gama de forças, objetos e eventos independentes de nossos desejos, onde reinariam a imparcialidade e a objetividade da precisão intelectual. Já as representações remetem à consciência coletiva, que explica o que é de interesse imediato e acessível a qualquer um. Seria a realidade prática, apreendida através da apropriação comum da linguagem e da imagem, e de sua veiculação de idéias. O espaço de representação é o reino da esfera consensual, e a expressão da esfera reificada da consciência coletiva, o momento em que o atributo de ser uma coisa se torna típica da realidade objetiva. Sua prática cotidiana é a própria representação, e sua expressão é o condicionamento do poder exercido. O espaço de representação é um espaço vivo com ligações culturais, lócus da ação e das situações vivenciadas. É relacional em percepção, diferencialmente qualitativo e dinâmico e de natureza simbólica. Na leitura de E. Soja sobre Lefebvre, o espaço de representação contém tanto os espaços reais como os imaginários. Sob vários aspectos o espaço de representação interage com as práticas espaciais e as representações do espaço. Esta tríade articulada entre as categorias da espacialidade perfaz um trajeto rumo a uma compreensão mais relacional e menos morfofuncional da realidade.

O mundo é minha representação. – Esta proposição é uma verdade para todo o ser vivo e pensante, embora só o homem chegue a transformar-se em conhecimento abstrato e refletido. A partir do momento em que é capaz de o levar a este estado, pode dizer-se que nasceu nele o espírito filosófico. Possui então a inteira certeza de não conhecer nem um sol nem uma terra, mas apenas olhos que vêem este sol, mãos que tocam esta terra; em uma palavra, ele saber que o mundo que o cerca existe apenas como representação, na sua relação com um ser que percebe, que é o próprio homem. Se existe uma verdade que se possa afirmar a priori é esta, pois ela exprime o modo de toda experiência possível e imaginável, conceito muito mais geral que os de tempo, espaço e causalidade que o implicam. (SCHOPENHAUER (2001, p. 09).

INTRODUÇÃO

A representação é uma forma de conhecimento. Mesmo que tempo e espaço gerem determinadas formas de representação, é na dualidade sujeito e objeto que reside o denominador comum que pode conceber toda forma de representação. No dizer de SCHOPENHAUER (2001), se tudo o que existe está para o sujeito e depende do sujeito, então o mundo é uma representação. A partir desta reflexão, uma teoria das representações não é só possível, mas absolutamente necessária.

A teoria das representações sociais tem seu ponto de partida no trabalho de MOSCOVICI (1961), que sob a perspectiva da Psicologia Social se aproxima da sociologia e da antropologia. Segue, pois, a necessidade do enfrentamento de tendências que visam separar os aspectos psicológicos dos sociológicos. A base de aproximação dos trabalhos de MOSCOVICI está na idéia de representações coletivas de DURKHEIM.

DURKHEIM (1994) atribui às representações coletivas uma autonomia dos parâmetros puramente psíquicos de sua gênese. As representações sociais seriam a própria trama da vida social, possuindo um caráter relacional tanto entre indivíduos como entre grupos sociais. Deste modo, são os fenômenos sociais que revestem as representações do seu caráter concreto e inteligível. As representações coletivas são o modo pelo qual os grupos pensam nas sua relação como os objetos que os afetam.

Assim, MOSCOVICI (1998) remete às representações sociais as várias facetas das relações interpessoais do cotidiano. Ou seja, a teoria engloba a articulação de afirmações conceituais e explicações que têm origem no cotidiano.

Muito mais que uma observação ou opinião sobre o mundo, o ato de representar é a expressão de uma internalização da visão de mundo articulada que gera modelos para a organização da realidade.

O ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO

O espaço de representação refere-se a uma instância da experiência da espacialidade originária na contextualização do sujeito. Sendo assim, trata-se de um espaço simbólico que perpassa o espaço visível e nos projeta no mundo. Desta maneira, articula-se ao espaço da prática social e de sua materialidade imediata.

Na lembrança de MERLEAU-PONTY (1993, p. 258), o espaço não é um meio contextual (real e lógico) sobre o qual as coisas estão colocadas, mas sim o meio pelo qual é possível a disposição das coisas. No lugar de pensarmos, o espaço como uma espécie de éter onde todas as coisas estariam imersas, devemos concebê-lo como o poder universal de suas conexões.

O que implica a fenomenologia do espaço conforme MERLEAU-PONTY é uma análise da experiência espacial centrada no sujeito subjetivo. Deste modo, é a percepção do indivíduo o que edifica o conhecimento do espaço e, assim, estrutura um segundo espaço. Contudo, o pensar e a ação do sujeito perpassam a possibilidade de haver representações de caráter social.

O próprio DURKHEIM (1996) demonstrou que o espaço não é um meio vago e indeterminado, como é próprio do pensamento kantiano, puramente e absolutamente homogêneo. Se assim o fosse, ele não suscitaria o pensamento, e a representação espacial seria uma "primeira coordenação introduzida entre os dados da experiência sensível". Além disso, se o espaço fosse de caráter qualitativamente homogêneo, esta premissa seria impossível.

O autor reserva a referência espacial ao caráter social do mesmo. Deste modo, são os atores sociais que, através de parâmetros coletivos, atribuem sentidos e significados espaciais, revestindo o espaço de uma natureza social.

Vale dizer que o espaço não poderia ser ele próprio se, assim como o tempo, não fosse dividido e diferenciado. Mas essas divisões, que lhe são essenciais, de onde provêm? Para o espaço mesmo, não há direita nem esquerda, nem alto nem baixo, nem norte nem sul. Todas essas distinções provêm, evidentemente, de terem sido atribuídos valores afetivos diferentes às regiões. E, como todos os homens de uma mesma civilização representam-se o espaço da mesma maneira, é preciso, evidentemente, que esses valores afetivos e as distinções que deles dependem lhes sejam igualmente comuns; o que implica quase necessariamente que tais valores e distinções são de origem social. (DURKHEIM, 1996, p. XVIII).

Na discussão sobre a espacialização do mundo, BETTANINI (1982) coloca o espaço de representação como parte de uma classificação onde teríamos três categorias distintas.

- (i) O espaço mítico como modalidade do espaço antropológico, sendo, na abordagem fenomenológica, uma restrição ao vivido. No dizer de CASSIER (apud BETTANINI, 1982), o espaço mítico cumpriria a mesma função simbólica do espaço geométrico ao conferir objetividade à natureza. A visão mítica do espaço é a reprodução de algo que em si mesmo não é espacial. Segundo CASSIER (1997), sob a dimensão do pensamento primitivo o espaço é um espaço de ação, é impossível um sistema de espaço ou um esquema de sua representação. A relação do homem primitivo com o espaço seria concreta e nítida, não carecendo de uma intermediação abstrata. Já o espaço geométrico abstrai totalmente a heterogeneidade da própria natureza e nos apresenta um espaço homogêneo abstrato ideal.
- (ii) O espaço sagrado como restrição classificada do espaço mítico; terreno de mediação entre a terra e o céu. Trata-se de uma ruptura qualitativa que no dizer de ELIADE, seria o espaço das hierofanias.
- (iii) O espaço de representação seria edificado pela religião laica da política. Também é visto como consagração do poder político. Neste sentido, o espaço de representação substituiria o espaço sagrado devido às crises de base das instituições religiosas.

O espaço de representação é a categoria emprestada do historiador MOSSE (1991), que identificou os símbolos do nacionalismo através da fusão entre estética e política expressas espacialmente. Neste contexto, ele percebeu que a noção de pátria se expressava através de signos de poder em espaços públicos e monumentais. A consagração do poder político coisificado pelos monumentos nacionais seria a referência material da ideologia política.

MOSSE (1991) identificou que a maior parte dos ritos e símbolos utilizados pelos sistemas nacionalistas totalitários teve como base a liturgia cristã. Esta consagração do nacionalismo como religião laica da humanidade representaria a edificação de um culto profano capaz de objetivar novo sentido à prática espacial. A direção tomada por MOSSE possui antecedentes no próprio Iluminismo e mesmo nos ideais laicos da revolução francesa.

ROUSSEAU havia se inspirado no teatro da Grécia Antiga, quando sugeriu aos poloneses o culto coletivo em torno de um monumento patriótico para fazer lembrança e consciência do valor da pátria.

Um culto religioso do poder político e do Estado, de certo a divindade seria o líder político revestido através da consagração ritual, da representação, da investidura do Estado. Analogamente os sacerdotes seriam os políticos identificados com este poder temporal e talvez a oferenda às guerras inspiradas por ideologias nacionais.

Todo o encadeamento lógico da conformidade religiosa do fascismo ou mesmo do *stalinismo* nos remete ao quanto a ideologia política se consubstancia em espaços de representação.

Entretanto não parece nítida a noção de que o espaço de representação seja uma categoria específica referente ao mundo dessacralizado. É mais evidente que os atores sociais qualificam e edificam espaços de representação de acordo com motivações coletivas, tanto religiosas como políticas, onde o poder é imanente.

A noção de espaço de representação aproxima-se do parecer de GOFFMAN (1996) quando discute a região e o comportamento regional no que tange às representações sociais. O autor o define como um espaço que está delimitado a partir de obstáculos da percepção, variando de acordo com limites de sua organização, sendo circunscrito a partir dos limites dos meios de comunicação. Sob este ponto de vista a representação é balizada em uma multiplicidade temporo-espacial. Muito embora, o contexto da discussão de GOFFMAN seja a psicologia social, foi especificamente a relação entre representação social e espaço-tempo que inspirou a presente teorização.

A implicação temporo-espacial das representações sociais nos remete às relações de poder. O poder é correlato à noção de apropriação e à definição de papéis sociais hierarquizados. Assim uma das formas concretas de apropriação temporo-espacial mediada pelo poder é o território.

Entretanto, no campo das representações sociais há uma intenção adjacente de controle e legitimação na definição de territórios, à qual atribuímos a noção de territorialidade.

A territorialidade está presente em qualquer representação social cuja intenção seja definir as fronteiras de controle e apropriação de determinada realidade social.

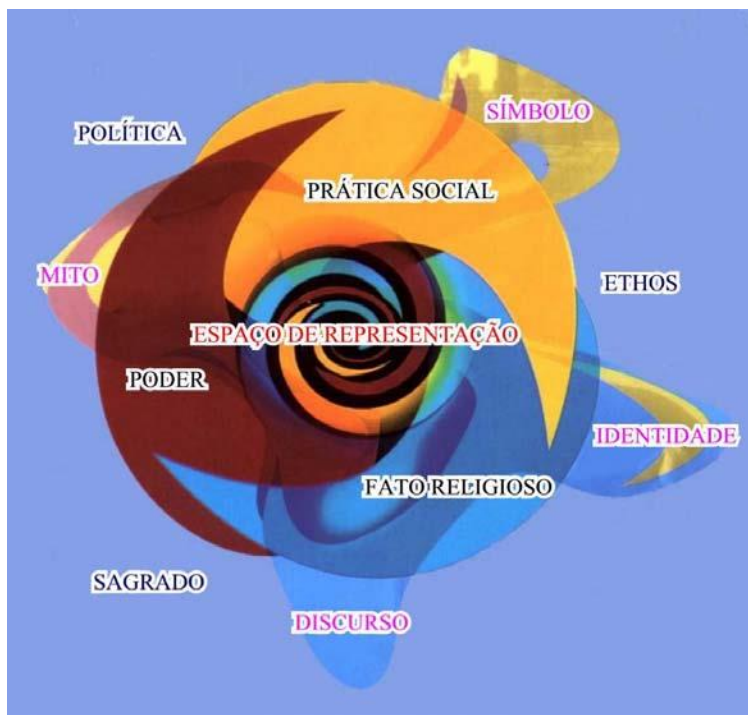
Neste sentido compartilhamos de uma territorialidade relativa além da fachada do comportamento social humano ou da moldura perene das estruturas espaciais. Trata-se de uma estrutura social dinâmica vivenciada no cotidiano sob forma de representações sociais.

Deste modo o espaço de representação expressaria a dinâmica entre o fato religioso e a prática social mediada pelo poder. No esquema da imagem fractal, verificamos três níveis conceituais imbricados.

Da periferia ao centro, podemos distinguir as seguintes relações:

- (i) os reinos da política, do sagrado e do *ethos* que se expressam enquanto representação social;
- (ii) o círculo das categorias de mediação, o mito, o discurso, a identidade e o símbolo que permitem a visibilidade e as nuances das categorias centrais;
- (iii) o círculo das categorias centrais, o poder, o fato religioso e a prática social, cujo movimento de interação deriva do conceito de espaço de representação. (fig. 01)

Figura 01 -Espaço de Representação



Fonte: GIL FILHO, S. F. (1999)

ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO EM LEFÉBVRE

LEFÉBVRE (1991) argumenta que a existência humana se estrutura a partir de três dimensões: a historicidade, a socialidade e a espacialidade. O vir a ser da existência articula-se em dimensões específicas que constituem o quadro de referências da realidade. Segundo SOJA (1996) seria uma asserção ontológica a interação entre historicidade, socialidade e espacialidade, que se aplica em todos os níveis da formação do conhecimento, desde a epistemologia à construção da teoria, a análise empírica e a prática social. Ele denominou como dupla ilusão a tendência durante o último século de privilegiar as relações entre o “fazer” da Historicidade e a “constituição” das práticas sociais ou socialidade. (Fig. 02)

Figura 02 -Dimensões do Devir



Fonte: GIL FILHO, S. F.(2001), baseado em SOJA (1996)

LEFÉBVRE (1991) constrói uma crítica marcante da explicação sócio-histórica da realidade; ele expõe a existência de uma forte tendência da filosofia, historiografia e teoria social ocidentais em manter sua análise bifocalizada entre as dimensões da historicidade e da socialidade.

O conceito de espaço social corrente não leva adequadamente em conta aspectos da natureza ou aspectos históricos anteriores. Várias mediações e mediadores devem ser levados em conta: a ação de grupos sociais e fatores relacionados ao conhecimento, à ideologia ou ao domínio das representações. O espaço social contém uma diversidade de objetos, tanto naturais como sociais, incluindo redes e vias que facilitam a troca de materiais, coisas e informações. Estes "objetos" não são somente coisas, mas também relações. Os objetos possuem peculiaridades discerníveis, como contorno e forma. O trabalho social os transforma, rearranja-os em contextos espaço-temporais sem, contudo, afetar a materialidade e o estado natural dos mesmos. O autor lembra da apreensão dos objetos do espaço para a concepção de espaço conforme realiza a arte. A espacialidade seria construída a partir do imbricamento do movimento tríade do espaço percebido, concebido e vivido. (Fig. 03).

Figura 03 -Dimensões da Espacialidade



Fonte: GIL FILHO, S. F.(2001), baseado SOJA (1996)

O conceito de representação supera em abrangência o de ideologia e se torna mais operacional na análise do espaço. É razoável assumir que a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação são diferentes caminhos da produção do espaço de acordo com as qualidades e atributos de uma determinada sociedade em determinado período histórico. Relações entre os três momentos, percebido, concebido e vivido, não são estáveis e nem simples. Suas relações estabelecem conexões distintas e variáveis.

Sendo assim existe uma história do espaço que não se limita ao estudo de momentos específicos, como a formação, o estabelecimento, declínio e dissolução de determinada ordem; precisa também relacionar aspectos globais com aspectos particulares de sociedades e instituições. Mais além, a história do espaço possibilita uma periodização do processo produtivo muitas vezes não coincidente com as periodizações aceitas.

Deste modo podemos reconhecer três categorias da espacialidade representadas pela interação de imagens e cores. Em tonalidade escura, de modo fragmentado demonstra-se o conceito de espaço de representação que articula a parte superior, em tonalidade clara, da representação do espaço com a parte inferior, em tonalidade média, da prática espacial. (fig. 04)

LEFÉBVRE (1991, p. 48) entende que o plano de referência do espaço absoluto foi a natureza fragmentária, localizada e coisificada por qualidades que lhe são intrínsecas, como os rios, as montanhas, os vales etc. Esta característica inicial, já admitida, pouco a pouco foi encampada por forças de caráter simbólico, como a religião e a política. "Assim o espaço natural foi povoado logo por forças políticas.". Desse modo, por exemplo, a arquitetura reapropriou o que era natureza e transferiu para a política através de uma mediação simbólica.

Figura 04 -Categorias da Espacialidade



Fonte: GIL FILHO, S.F.(2001) baseado em LEFEBVRE (1991)

Ainda mais, se tomamos por exemplo um templo religioso, notamos que o espaço por ele circunscrito é qualitativamente diferenciado pela sacralização. Sendo esta separação interna um constrangimento de oposição ao vazio da natureza externa, ao mesmo tempo que separa também restabelece a natureza noutra ordem.

O espaço absoluto onde os ritos e cerimônias foram realizados reteve vários aspectos da natureza, embora em uma forma modificada por exigências cerimoniais: idade, sexo, fertilidade etc. Sendo ao mesmo tempo civil e religioso, o espaço absoluto transpôs estas características para o estado político fundado na cidade.

O espaço absoluto, religioso e político em caráter era um produto dos laços de consangüinidade, solo e idioma, mas, além disto, evoluiu para um espaço relativizado e histórico.

O espaço absoluto perdurou no processo como substrato de um espaço histórico e de espaços de representação com simbolismos religiosos, mágicos e políticos. Rapidamente, por uma dialética interna que apressou seu esgotamento ao mesmo tempo em que prolongou sua vida, o espaço absoluto encarnou um antagonismo entre “cheio” e “vazio”.

Depois do vazio dos espaços do templo ou o caráter monumental dos espaços políticos nas cidades, que tomam como base a amplitude de um espaço natural estabelece-se uma nova dinâmica na história: o espaço de acumulação (“a acumulação de toda a riqueza e recursos: conhecimento, tecnologia, dinheiro, objetos preciosos, obras de arte e símbolos”).

LEFÉBVRE demonstra que, em um momento anterior ao processo de acumulação, havia uma correspondência direta da atividade produtiva com o processo de reprodução da sociedade. Mas quando o primeiro tornou-se independente do processo, a atividade produtiva passou a ser uma abstração portanto configurando um espaço abstrato.

Esse espaço abstrato foi retirado de um espaço histórico que, não obstante, manteve-se vivo e foi perdendo gradualmente sua força, como substrato ou alicerce de espaços de representação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do espaço, na abordagem *lefebvreriana*, é a história da realidade social através de relações e formas. Esta concepção é distinta de um inventário de objetos no espaço, como a idéia de civilização material¹. Também distingue-se das idéias e discursos sobre o espaço. Sob este prisma, leva em consideração os espaços de representação e as representações do espaço em todas as inter-relações e conexões com a prática social.

Neste sentido, o cotidiano se expressa em espaços de representação. As representações do espaço e do tempo fazem da história das idéias – da filosofia, da religião e da ética. O desenvolvimento desta história articula as condições do tempo em redes, que, por sua vez, estão subordinadas às estruturas políticas. A história do espaço não se assenta na idéia de processo histórico, nem tampouco na compreensão de transformações estruturais que, em última análise, caracterizam os eventos e as instituições.

A prática mental e social do homem imprime transformações na natureza que, através do entrelaçamento das relações sociais, configuram uma particular representação do espaço. Por outro lado, a ação simbólica aponta para um espaço de representação. Cabe asseverar que espaço e tempo não são inseparáveis, mas um implica o outro.

Desde já descuramos a classificação exposta por BETTANINI (1982) ao considerar que o espaço de representação próprio do mundo dessacralizado gera uma oposição consciente em relação ao espaço sagrado, muito embora eles sejam expressões de permanência cristalizadas nos objetos e monumentos, tanto que na sua análise ele admite que é talvez “o momento de abandonar os monumentos do espaço de representação e de se aproximar dos documentos do espaço cotidiano, transformando em monumento.” A compreensão do autor perpassa a fixação de um espaço de representação laico, que remonta o trabalho de MOSSE, e de um espaço sagrado (a partir de ELIADE), ambos cristalizados através do rito e coisificados em objetos de culto.

BETTANINI (1982) aponta para o vivido como a dimensão própria do ser; se existe um tempo vivido, por certo também existe um espaço vivido, um espaço experienciado que brota da dimensão do corpo em relação aos outros corpos. Ou seja, expressão da vida cotidiana, das formas cotidianas fluidas em contraponto com a rigidez do monumento, do edifício do templo, da ritualização da religião e da política.

Assim, o cotidiano remete à tese de MOSCOVICI (2001), que demonstra as representações como tudo aquilo que se propõe a tornar algo ou alguém não-familiar em algo ou alguém familiar. Esta é a tentativa de conceber um universo consensual em contrapartida a um universo reificado; o jogo de forças entre o *opus proprium* e *opus alienum*, que representa a divisão profunda do conhecimento da realidade. Classicamente era o que distinguia as esferas da ciência sagrada e da ciência profana, e que foi substituído pelos conceitos de universos consensual e reificado. Sob o âmbito consensual de sociedade existem a equanimidade e a liberdade de representar o grupo devido a determinadas circunstâncias complexas e ambíguas em mundos institucionalizados. Todavia, um universo reificado é intrinsecamente desigual, constituído de classes de papéis. A competência é determinada de acordo com o mérito atribuído e o direito de exercer determinada função. São sistemas preestabelecidos, onde a permuta de papéis sociais é hierarquicamente condicionada.

De certo modo as ciências tratam especialmente do universo reificado, sendo as representações sociais parte do universo consensual. O propósito do primeiro é estabelecer uma gama de forças, objetos e eventos independentes de nossos desejos, onde reinariam a imparcialidade e a objetividade da precisão intelectual. Já as representações remetem à consciência coletiva, que explica o que é de interesse imediato e acessível a qualquer um. Seria a realidade prática, apreendida através da apropriação comum da linguagem e da imagem, e de sua veiculação de idéias.

¹ Termo utilizado por BRAUDEL (1997) para designar atividades de base de produção material de auto-suficiência de uma certa infra-economia informal responsável pela troca de bens e serviços.

O espaço de representação é o reino da esfera consensual, e a expressão da esfera reificada da consciência coletiva, o momento em que o atributo de ser uma coisa se torna típica da realidade objetiva. Sua prática cotidiana é a própria representação, e sua expressão é o condicionamento do poder exercido.

O espaço de representação é um espaço vivo, lócus da ação e das situações vivenciadas. É relacional em percepção, diferencialmente qualitativo e dinâmico e de natureza simbólica. Deste modo, revela-se como categoria relevante na construção de uma geografia do mundo cultural além da leitura economicista reinante da análise espacial. A discussão das representações sociais no âmbito da ciência geográfica, ainda incipiente, apresenta-se como um desafio epistemológico inexorável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTANINI, T. **Espaço e Ciências Humanas**. trad. L. Laganá Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BRAUDEL, F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV—XVIII – As Estruturas do Cotidiano: O Possível e o Impossível** v. 01. São Paulo: Martin Fontes, 1997.

CASSIER, E. **Ensaio sobre o Homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CHARTIER, R. **O Mundo como Representação**. Estudos Avançados 11(5), 1991 pp 173-191

DURKHEIM, E. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**, São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Sociologia e Filosofia**, São Paulo: Ícone Editora, 1994

ELIADE, M. **Tratado de História das Religiões**. trad N. Nunes & F. Tomaz, Lisboa: Cosmos, 1977.

GIL, Sylvio F. **Espaço de Representação e Territorialidade do Sagrado: Notas para uma teoria do fato religioso**. Ra'e Ga O Espaço Geográfico em Análise: Curitiba, v. 3 n. 3, p 91-120, 1999.

GOFFMAN, **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Trad. M. C. Santos Raposo, Petrópolis: Vozes, 1996.

GREGORY, D., MARTIN, R. & SMITH, G. (org.) **Geografia Humana Sociedade, Espaço e Ciência Social**.trad. Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

JODELET, D. *Représentations Sociales: phénomènes, concept et théorie*. In MOSCOVICI, S. (ed.) **Psychologie Sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984 JOHNSTON, R. J. **Philosophy and Human Geography: An Introduction to Contemporary Approaches**. London: Edward Arnold, 1989.

KANT, E. **Crítica da Razão Pura**. Trad. V. Rohden & U. B. Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

LEFÉBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991.

MAUSS, M. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenología de la Percepción**. Buenos Aires: Planeta-Agostini. 1994.

MOSCOVICI, S. "Prefácio de Textos em Representações Sociais", 1984..

GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH (org.) **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Social Representations – Explorations in Social Psychology**, New York: New York University Press, 2001.

MOSSE, G. L. **Masses and Man Nationalist and Fascist Perceptions of Reality**. Detroit: Wayne State University Press, 1987.

_____. **The Nationalization of the Masses**. London: Cornell University Press, 1996.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SCHOPENHAUER, A. **O Mundo como Vontade e Representação**. Riode Janeiro: Contaponto, 2001.

SOJA, E. W. **Thirdspace**. Oxford: Blackwell Publishers Inc, 1996.

SPINK, M. J. (org.) **O Conhecimento no Cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Autor:

GIL FILHO, Sylvio Fausto

faustogil@ufpr.br

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná.

Artigo originalmente apresentado em forma de painel no 5º Encontro Nacional da AMPEGE setembro de 2003 sob o título Espaço de Representação: Epistemologia e Método.